

Relatório Anual da Administração

A companhia auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais	2016	2015
Disponibilidade (%)	99,97%	99,89%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no

período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2016 a ESDE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2015; 2. Gestão de P&D 2016; 3. Tecnologia de sensores em fibras ótica para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica - TECCON 2. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei

11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC'S).
No exercício de 2016 os resultados da companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	4.310	10.413
EBITDA	8.862	12.610

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

Balanco Patrimonial

31 de Dezembro de 2016 e 2015

		(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)	
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
			(Reclassificado)				(Reclassificado)
Ativo circulante		18.009	18.078	Passivo circulante		7.040	9.132
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.473	3.627	Empréstimos e financiamentos	8	3.251	3.235
Títulos e valores mobiliários	7	13.992	12.880	Fornecedores	9	464	2.225
Contas a receber ativo financeiro		236	270	Tributos e encargos sociais a recolher		179	194
Impostos a recuperar		108	92	Dividendos a pagar		2.473	2.668
Outros ativos		91.603	85.364	Encargos regulatórios	10	567	705
Ativo não circulante		91.603	85.364	Outros passivos		106	105
Contas a receber ativo financeiro	7	90.276	85.245	Passivo não circulante		25.744	28.422
Outros ativos		1.266	46	Empréstimos e financiamentos	8	22.459	25.409
Intangível		26	26	IRPJ e CSLL diferidos	9	3.195	3.013
Imobilizado		35	47	Provisão para contingências		—	—
Total do ativo		109.612	103.442	Patrimônio líquido		76.828	65.888
				Capital social	12	50.345	47.345
				Reservas de lucro	12	26.483	18.543
				Total do passivo e patrimônio líquido		109.612	103.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

		(Em milhares de reais)			
	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldo em 31 de dezembro de 2014		43.191	1.139	17.459	61.789
Aumento de capital		4.154	—	—	4.154
Lucro líquido do exercício		—	—	—	11.234
Destinação proposta à AGO:		—	—	—	—
Reserva legal		—	562	—	(562)
Dividendos declarados		—	—	(8.621)	(2.668)
Reserva de lucro do exercício		—	—	8.004	(8.004)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		47.345	1.701	16.842	65.888
Aumento de capital		3.000	—	—	3.000
Lucro líquido do exercício		—	—	—	10.413
Destinação proposta à AGO:		—	—	—	—
Reserva legal		—	521	—	(521)
Dividendos declarados		—	—	—	(2.473)
Reserva de lucro do exercício		—	—	7.419	(7.419)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12	50.345	2.222	24.261	76.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Contexto operacional: A ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("Companhia" ou "ESDE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 22 de junho de 2009 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala I - Vila Olímpia - São Paulo - SP. A ESDE possui o direito de explorar, diretamente ou seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão	
Número	Prazo (anos)
025/2009	30
	2039
	12.640
	IPCA

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.098/2016. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 13.134. O Contrato de Concessão estabelece a extinção da concessão determinada a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ESDE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a receber ativo financeiro".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2017. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board - IASB*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pelas Adm. Financeiras da concessionária. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A ESDE revisa suas estimativas anualmente. Para uma melhor apresentação a Companhia passou a apresentar o saldo líquido entre os valores a receber e a pagar oriundos de sua operação de concessão, e, portanto, para fins de comparabilidade reclassificou os valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ESDE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto as contas a receber ativo financeiro estão classificadas como "empréstimos e recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com a ICP 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativo:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a ESDE não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da ESDE são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a ESDE possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6.1. Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A ESDE revisa e ajusta suas estimativas e pressupostos anualmente. **3.7. Tributação:** **3.7.1. Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; **3.7.2. Imposto de renda e contribuição social:** • Correntes: O imposto de renda e a Contribuição social da ESDE são calculados pelo regime do lucro presumido. • Diferidos: Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **Pronunciamento - Descrição - Vigência:** IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; IFRS 15 - Receitas com Clientes - Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018 - IFRS 16 - Arrendamentos - Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 - Modificações às IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Iniciativa de Divulgação - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa e bancos	25	21
Aplicações financeiras	2.448	3.606
	2.473	3.627

As aplicações financeiras possuem remuneração equivalente a 97,15% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (100,00% do CDI em 31 de dezembro de 2015). Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de investimento em renda fixa. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial e igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 a ESDE tem o saldo de R\$ 1.200 (R\$ 1.209 em 31 de dezembro de 2015) referente à conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7. CONTAS A RECEBER ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ESDE é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Movimento total do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2016:

	2016	2015
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Reclassificado)	92.986	92.986
Receita de operação e manutenção	3.377	—
Remuneração do ativo financeiro da concessão	14.378	—
(-) Parcela variável	(450)	—
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(12.166)	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (Reclassificado)	98.125	98.125
Receita de operação e manutenção	2.159	—
Remuneração do ativo financeiro da concessão	14.633	—
Receita de implantação de infraestrutura	1.704	—
(-) Parcela variável	(1.090)	—
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(11.273)	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	104.268	104.268
Contas a receber ativo financeiro - circulante	13.992	—
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	90.276	—
Total circulante e não circulante	104.268	104.268

As contas a receber ativo financeiro incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ESDE considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/forço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2016	2015
13	16.560	16.402	
Receita operacional líquida			
Custo dos serviços prestados			
Pessoal	(224)	(265)	
Material e serviços de terceiros	(1.755)	(2.894)	
Outros	(68)	(29)	
Custo de implantação de infraestrutura	(1.704)	—	
Lucro bruto	12.809	13.214	
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(211)	(241)	
Pessoal e administradores	(5)	(2)	
Material e serviços de terceiros	(155)	(181)	
Depreciação e amortização	(12)	(12)	
Outras	(39)	(46)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	12.598	12.973	
Receitas financeiras	14	458	
Despesas financeiras	14	(1.975)	
Lucro antes da CSLL e IRPJ	11.081	12.115	
IRPJ e CSLL	15	(486)	
IRPJ e CSLL correntes	15	(182)	
IRPJ e CSLL diferidos	9	(182)	
Lucro líquido do exercício	10.413	11.234	
Quantidade de ações ordinárias	50.176.097	50.176.097	
Lucro líquido do exercício por ação ordinária - em R\$	0,207529	0,223891	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	10.413	11.234
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	10.413	11.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

BNDES - Subcrédito A
BNDES - Subcrédito B

	Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.	Periodicidade da amortização
BNDES - Subcrédito A	novembro/12	abril/27	26.319	7,03%	Mensal
BNDES - Subcrédito B	novembro/12	setembro/22	16.478	2,50%	Mensal

Os financiamentos tem como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios do contrato, o penhor das ações da empresa detidas pela controladora, além da constituição de conta reserva. Os contratos com o BNDES da ESDE exigem a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre estas cláusulas restritivas destaca-se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização. A Administração da ESDE mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2016, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

	2016	2015
2018	3.217	—
2019	3.241	—
2020	3.265	—
2021	3.289	—
2022	2.917	—
Após 2022	6.530	—
	22.459	—

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER E DIFERIDOS

	2016	2015
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	64	88
PIS e COFINS	52	47
Contribuição social - CSLL	24	29
ICMS	1	—
Outros	38	30
	179	194
Passivo não circulante	3.195	3.013

IRPJ e CSLL diferidos, líquido (a)

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICP 01 (R1) e o CPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de Dezembro de 2014

Imposto diferido reconhecido no resultado

Saldo em 31 de Dezembro de 2015

Imposto diferido reconhecido no resultado

Sal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação

geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017

Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2